**CONSULTA PÚBLICA ANP N° 04/2019**

**COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.**

A Petrobras reconhece o esforço realizado por esta Agência na análise das contribuições apresentadas pelos diversos agentes na Consulta Pública nº 20/2018 e na proposição de uma nova minuta de Resolução, objeto da presente Consulta Pública. Neste sentido, as considerações apresentadas neste documento têm por objetivo contribuir para a construção de mecanismos regulatórios que promovam resultados efetivos e aderentes aos objetivos da política energética nacional, assegurando a livre concorrência no mercado de combustíveis no Brasil e a necessária segurança jurídica aos atuais agentes e a potenciais investidores.

Inicialmente, a Petrobras ratifica as posições apresentadas na Consulta Pública nº 20/2018 no que diz respeito ao setor de combustíveis no Brasil:

* O mercado brasileiro de combustíveis possui fundamentos que possibilitam condições atrativas para o refino de petróleo no país, particularmente, a expectativa de crescimento da demanda por derivados associada ao aumento da produção de petróleo nacional;
* A Petrobras adotou a prática de reajustes de preços de venda de derivados a partir do objetivo de manutenção da convergência com o mercado internacional no curto prazo;
* Os agentes privados vêm importando volumes relevantes de diesel e gasolina. Em 2017, em torno de 24% da demanda de diesel A no país foi atendida por importadores[[1]](#footnote-1);
* Os volumes importados por terceiros evidenciam a disponibilidade de infraestrutura logística independente da Petrobras para tais operações, e, principalmente, a disposição de terceiros para a realização de investimentos para a sua expansão[[2]](#footnote-2);
* A Petrobras tem a intenção de realizar desinvestimentos em refinarias e o modelo a ser adotado encontra-se atualmente em estudo.

Em resumo, o setor de combustíveis no Brasil vem demonstrando capacidade de adaptação a partir da intensificação da concorrência entre diversos agentes, segundo lógica de mercado. A consolidação desse cenário a partir da diversificação da oferta, aumento da eficiência e redução de custos tem potencial de gerar benefícios aos consumidores e à sociedade brasileira como um todo.

Nas seções seguintes são apresentadas as posições técnicas da Petrobras quanto aos conceitos e às normas propostas na minuta de Resolução em Consulta Pública tendo por princípio colaborar na construção de uma regulação adequada às condições atuais e esperadas para o mercado brasileiro, buscando assegurar a segurança necessária aos atuais agentes e à realização dos investimentos necessários para o setor.

1. **APLICAÇÃO DE DISCIPLINA ESPECÍFICA PARA DETERMINADOS AGENTES**

A presente minuta de Resolução distingue os agentes regulados ao apresentar exigências somente àqueles qualificados como “Agentes Dominantes”, reproduzindo a sistemática e o conceito apresentado na minuta de Resolução objeto da Consulta Pública nº 20/2018. Dessa forma, constata-se que há a intenção de estabelecer uma disciplina específica para os agentes detentores de posição dominante no mercado de produção e importação de derivados de petróleo, em relação aos demais agentes.

Nessa linha, a divulgação de preço de lista em cada ponto de entrega (art. 3º) e a exigência de preços parametrizados nos contratos, bem como sua homologação, (Capitulo III) previstas na minuta de Resolução seriam obrigações aplicáveis apenas aos Agentes Dominantes.

Assim como aduzido na Consulta Pública nº 20/2018, nos termos da legislação de defesa da concorrência (Lei nº 12.529/11, parágrafo 1º do artigo 36), a condição de dominância que possa ser experimentada por um agente em um determinado mercado não cerceia seu direito subjetivo de ser um rival efetivo de seus atuais ou potenciais concorrentes. Da mesma forma, a Constituição da República (Artigo 170) estabelece como princípios que norteiam a ordem econômica brasileira, a livre iniciativa e a livre concorrência.

Diante do exposto, a Petrobras manifesta novamente sua discordância quanto à criação de normas que introduzam assimetrias nas exigências regulatórias e impliquem em tratamento anti-isonômico dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis.

Além dos impactos anticoncorrenciais que podem advir da edição de normas que impõem obrigações mais gravosas aos Agentes Dominantes, no caso concreto, no qual a Petrobras é o único agente que se enquadra na definição de Agente Dominante adotada pela minuta de Resolução, tem-se que essas determinações acabariam por introduzir obrigações diferenciadas apenas para a Petrobras, acarretando evidente favorecimento competitivo de seus concorrentes. Por conseguinte, embora possa parecer uma norma abstrata e geral, é, verdadeiramente, de efeito individual e concreto.

Repise-se que o parágrafo 1º do Artigo 173, inciso II da Constituição da República exige que as entidades estatais que explorem atividade econômica se sujeitem ao regime jurídico aplicável às empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, evitando-se assim, “(...) que uma norma jurídica aplicável às empresas privadas - seja essa norma do Direito Civil, Comercial, Tributário, Sanitário, Ambiental Administrativo, etc. – tenha a sua aplicação excluída ou diferenciada para empresas estatais atuantes no mesmo setor.”.

Tem-se, portanto, que eventual norma que pretenda fixar regras mais gravosas para a Petrobras do que às aplicáveis aos demais agentes do setor mostra-se questionável à luz do parágrafo 1º do Artigo 173, inciso II da Constituição da República, que, com fundamento nos princípios da eficiência e isonomia, veda o estabelecimento de quaisquer distinções, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis às estatais, como condição para sua atuação em mercados competitivos.

Acresça-se, por fim, que os argumentos aqui trazidos são basilares da ordem constitucional brasileira, motivo pelo qual foram fundamentos das razões de veto aos artigos 12 e 13 do Projeto de Lei de Conversão nº 23 de 2018 (MP nº 838/18), que propunham estender as atribuições da ANP no que se refere a preços no mercado de derivados de petróleo, nos seguintes termos: “Os dispositivos incorrem em inconstitucionalidade, por afronta aos artigos 1º, inciso IV (livre iniciativa como fundamento da República), 170, inciso IV (livre concorrência como princípio da ordem econômica) e 173, § 1º, inciso II (sujeição, pelas empresas estatais, ao regime próprio das empresas privadas), todos da Constituição, não se mostrando adequados quanto aos critérios de necessidade e de proporcionalidade em sentido estrito”.

1. **EXIGÊNCIA DE PREÇO PARAMETRIZADO NOS CONTRATOS**

Inicialmente, cabe avaliar o arcabouço constitucional e legal que protege e assegura aos agentes econômicos da indústria do petróleo e derivados a liberdade de atuação, em especial no que se refere aos preços e à liberdade de contratar.

A Constituição da República consagra como fundamento da ordem econômica o princípio da livre iniciativa (artigo 1º, IV e artigo 170). Ademais, o artigo 219 reconhece o mercado interno como patrimônio nacional, a ser incentivado de modo a viabilizar o “desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País”.

Em consequência do exposto no parágrafo anterior, os agentes econômicos têm assegurada a sua liberdade de desenvolvimento de atividade econômica, ou seja, os agentes devem ser livres para adotar estratégias comerciais que os tornem eficientes, competitivos e sustentáveis no longo prazo, buscando resultados financeiros satisfatórios que remunerem adequadamente os riscos tomados.

A livre formação de preços - ao que deve ser acrescentada a forma como as partes irão negociar seus contratos - integra o conteúdo essencial da livre iniciativa.

Especificamente para o mercado de petróleo e derivados, as diretrizes da política energética nacional expressas na Lei nº 9.478/1997 reforçam o princípio da livre iniciativa ao estipular como objetivos a serem buscados pelo Estado, a promoção do desenvolvimento, da livre concorrência, a atração de investimento no setor e a ampliação da competitividade do país no mercado internacional (artigo 1º).

Reforçando a livre iniciativa, os artigos 69 a 74 da Lei nº 9.478/1997 vedam qualquer interferência (de forma direta ou indireta) do Estado nos preços de combustíveis findo o prazo de transição (o que ocorreu em 31/12/2001) entre a fixação dos preços pelas Autoridades a sua livre estipulação pelos agentes de mercado.

Assim, desde 2001, por força de Lei Ordinária (Lei do Petróleo – 9.478/1997), vigora no Brasil o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção e comercialização de derivados, não tendo sido atribuída à ANP competência para regular e interferir, direta ou indiretamente, nos preços praticados pelos agentes que atuam na indústria do petróleo. De outra forma, estaria a ANP ofendendo os artigos 69 a 74 da Lei nº 9.478/1997, o princípio da livre iniciativa e os princípios da política energética nacional.

Assim, apesar de a presente minuta de Resolução não mais fixar os parâmetros mínimos para uma fórmula de preços a se fazer constar obrigatoriamente nos contratos, a proposta de regulamentação mantém a exigência de que haja um preço parametrizado que, em outras palavras, se traduz em uma exigência que os contratos contenham uma fórmula de preços que permita que as partes e a ANP possam de antemão calcular o preço final dos derivados de petróleo.

Observa-se ainda que a obrigatoriedade de inclusão de preço parametrizado nos contratos tem como consequência direta o engessamento na construção de preços, interferindo no princípio da livre iniciativa, que englobaa forma como as partes irão negociar seus contratos.

Ademais, a inclusão de preço parametrizado com necessidade de homologação prévia pela ANP (aspecto detalhado no item 3 deste documento), retarda e inibe o reflexo de alterações de mercado na precificação, tais como revisão das cotações de referência, revisão dos fluxos logísticos para internação de produto, revisões decorrentes de alterações na legislação tributária, e outros fatores que não podem ser antecipados.

Como consequência desse engessamento, em algum momento, o preço parametrizado resultante poderia ser inferior aos custos de suprimento, tornando-o inviável economicamente e levando riscos de desabastecimento ao mercado. Por outro lado, no caso de cenário com alternativas de menor custo àquelas cristalizadas no contrato, os agentes sujeitos à exigência em pauta ficariam impedidos de repassar potencial redução de preço aos seus clientes e, consequentemente, maior exposição dos competidores com acesso a opções de menor custo e, sem a restrição da fórmula contratual prévia.

Alternativamente à proposta apresentada na presente minuta de Resolução de exigência de preços parametrizados nos contratos, a Petrobras sugere que esta Agência utilize indicadores de preços (para todos os pontos de fornecimento)[[3]](#footnote-3), publicados por empresas independentes e com expertise reconhecida pelo mercado, como referência para comparação com as informações já enviadas sistematicamente pelos agentes regulados. Assim, a ANP, dentro de suas atribuições legais, ao identificar desvios significativos entre tais informações poderá solicitar os devidos esclarecimentos aos agentes envolvidos.

1. **HOMOLOGAÇÃO DO CONTRATO COM PREÇO PARAMETRIZADO**

Como apresentado anteriormente, a obrigatoriedade de inclusão de preço parametrizado nos contratos tem como consequência o engessamento do processo de construção de preços dos agentes, sendo também capaz de influenciar os eventuais reajustes de preço. Essa interferência indireta representa, em essência, uma das variações de controle de preços, o que se distancia da dinâmica e dos princípios constantes do marco regulatório da indústria, definidos na Lei nº 9.478/1997.

Em outras palavras, a exigência de fazer constar preços paramétrica em contratos (que redundam em fórmulas), associada à necessidade de homologação prévia desses, traz como consequência prática a definição de periodicidade de reajustes. Desta forma, os termos propostos se mostram contrários à conclusão desta Agência no âmbito da recente Tomada Pública de Contribuições nº 1/2018 que recomendou pela “não instituição de periodicidade fixa de reajustes, a fim de que não haja antecipação de aumento de preços por parte dos agentes na cadeia a jusante”.

Nessa esteira, a sistemática proposta para homologação do contrato cerceia a liberdade dos agentes e permite que a ANP influa indevidamente na formação de preços, o que inclui a flexibilidade para formar e reajustar os preços a tempo e modo adequados às necessidades do agente, em resposta a pressões competitivas.

Cabe observar que a proposta também dificulta a implantação de ações comerciais que tenham como objetivo ajustar o equilíbrio entre oferta e demanda entre polos, importante para incentivar a adoção da logística mais eficiente pela cadeia de suprimento, em caso de restrições operacionais em alguma unidade, por exemplo.

A promoção da livre concorrência é um dos objetivos da Política Energética Nacional, conforme artigo 1º da Lei nº 9.478/1997, a qual deve ser observada na formulação de políticas públicas e compatibilizada com os demais princípios estabelecidos por essa Lei e pelo ordenamento jurídico nacional.

Destaque-se que o processo de homologação de contratos previsto na minuta de Resolução contempla a hipótese de esta Agência não homologar o contrato em 30 dias após sua apresentação. Caso isso ocorra, o contrato entrará em vigor de acordo com os seus termos, ficando sujeito, contudo, a manifestação posterior desta Agência em até 60 dias a partir do início da sua vigência e caso se manifeste pela não homologação, serão concedidos 30 dias para o produtor reapresentar o contrato modificado.

Tais disposições i) não determinam como serão tratados os atos praticados pelas partes durante a vigência do contrato, caso posteriormente não haja homologação; ii) não exigem que a decisão por não homologar contratos seja motivada; iii) deixam ao arbítrio da Agência a adoção de medidas para garantia do abastecimento, em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos, podendo levar a soluções que não atendam os interesses dos agentes regulados, mais uma vez se imiscuindo na livre inciativa; iv) não fixam prazo para a Agência implementar tais medidas, o que pode levar a uma efetiva dificuldade de escoamento dos derivados de petróleo o que, em última instância, pode impactar na produção do petróleo, gerando perda de produção; v) concede o prazo de somente 30 dias para o produtor renegociar o contrato com o distribuidor e reapresenta-lo à Agência, o que fere o princípio da razoabilidade einterfere na livre iniciativa, pois a Agência estará determinando pontos a serem “corrigidos”; vi) após a entrega do novo contrato, não estabelece um novo prazo para a Agência se manifestar ou dispõe acerca de sua eficácia.

Com tais lacunas na minuta de Resolução ora em consulta pública, o princípio da legalidade consagrado no artigo 37 da Constituição da República fica comprometido.

Adicionalmente, destaque-se que os atos administrativos editados pelas Agências Reguladoras constituem normas técnicas voltadas à regulação dos setores em que atuam. A pretexto de regular o funcionamento do setor, a norma regulatória não pode se valer de conceitos jurídicos indeterminados para estender a sua competência para além do que foi definido na sua lei de criação, sob pena de usurpação da competência legislativa. Nessa esteira, as normas editadas pelas Agências Reguladoras devem ser técnicas e exaustivas, de modo possibilitar o cumprimento pelos agentes econômicos e permitir o exato conhecimento dos atos das Agências.

Por fim, cabe registrar que tais lacunas geram insegurança jurídica aos agentes econômicos, contrariando o disposto no artigo 30 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro que determina que “as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas”.

1. **CLÁUSULA DE RESTRIÇÃO DE DESTINO**

Em seus comentários à Consulta Pública nº 20/2018, esta Agência justifica a proibição do uso de cláusulas de restrição de destino com base em menções à jurisprudência concorrencial internacional, que, a seu ver, se posicionariam contrariamente ao seu uso em sua maioria. No entanto, tal argumentação somente seria aplicável se observado um contexto semelhante ao brasileiro.

No Brasil, a utilização dessas cláusulas está relacionada com a proteção contra eventuais desvios no uso do combustível, permitindo uma melhor fiscalização da qualidade e da quantidade dos produtos, além de dificultar a prática de medidas visando elisão fiscal.

A Petrobras sugere que esta Agência avalie os possíveis problemas legais e tributários, bem como a respectiva capacidade de fiscalização dos órgãos públicos responsáveis, para ponderar o efeito líquido dessa restrição regulatória.

1. **PUBLICAÇÃO DO PREÇO DE LISTA**

Na presente minuta de Resolução, foram excluídas a fórmula paramétrica e a vinculação compulsória a referências internacionais previamente estabelecidas pela Agência, bem como a exigência de sua publicação desses dados em website pelo Agente Dominante. No entanto, a presente Minuta de Resolução trouxe a exigência da publicação do preço de lista pelo Agente Dominante, o que também teria o condão de produzir os mesmos efeitos anticompetitivos apontados com relação às medidas anteriores, uma vez que os riscos associados à transparência permanecem, quais sejam, maior risco de colusão e maior probabilidade de *price leadership* em preços com patamares superiores.

Ressalte-se neste ponto que a posição de mercado da Petrobras foi reduzida em função do crescimento das importações de combustíveis, demonstrando que o setor no Brasil é potencial e efetivamente competitivo, como vem sendo demonstrado.

Vale lembrar, ainda, que apesar de a norma vetada por ocasião do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2018 (MP nº 838/18) aparentar um grau maior de intervenção, por todo o exposto, o cerne das razões do veto ainda permanece atual, uma vez que a divulgação de preços pode se mostrar “*também contrários ao interesse público, na medida em que diminuirão a atratividade do mercado para os atuais e novos agentes, com consequente diminuição de competitividade no setor*”.

É importante destacar ainda que a Petrobras vem contribuindo voluntariamente com a sociedade brasileira na promoção da transparência de preços de derivados de petróleo, com a finalidade de promover uma melhor compreensão pelo consumidor das variáveis que compõem os preços finais, em especial para gasolina, diesel e GLP.

Dentre as nossas ações destacam-se:

1. Publicação diária dos preços médios às distribuidoras sem tributos;
2. Publicação mensal dos preços médios de gasolina e diesel às distribuidoras sem tributos por local de fornecimento;
3. Publicação semanal da composição de preços ao consumidor final;
4. Participação em audiências públicas no Congresso Nacional e em eventos organizados pelo meio acadêmico e por entidades da sociedade civil.

Não obstante, no âmbito desta consulta, de forma a contribuir para o aumento da transparência de preços de derivados no mercado, a Petrobras sugere que todos os agentes fornecedores primários (refinadores, importadores, formuladores e centrais petroquímicas), sem distinção, publiquem em seus sites os seus preços médios de venda em base semanal e com defasagem temporal de duas semanas, alinhado aos relatórios de preços que já são publicados regularmente por esta Agência.

1. **UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DADOS PELA ANP**

Verifica-se que o exercício da livre iniciativa só será efetivo se o agente econômico puder preservar os seus segredos empresariais (que compreendem os livros de escrituração comercial, as correspondências, a carteira de clientes, as tabelas e as fórmulas de preços, entre outros). Essas informações e conhecimentos, acumulados pelo empresário ao longo dos anos, constituem parte do patrimônio imaterial de determinado agente na condução dos seus negócios. Em virtude disso, o agente econômico detém o legítimo interesse de preservação do sigilo dessas informações, não sendo por outro motivo que a eventual utilização destas informações pelos demais concorrentes, sem o consentimento do seu titular, constitui prática de concorrência desleal (Artigo 195, inciso s XI e XII, da Lei nº 9.279/1996).

Assim sendo, pode-se afirmar que os agentes econômicos detêm legítimo direito de preservar o sigilo de suas informações concorrencialmente sensíveis. Outrossim, a proteção dos chamados segredos de negócio não tem relevância apenas sob a perspectiva individual do empresário, mas também contribui decisivamente para o correto funcionamento do mercado na medida em que fomenta uma saudável concorrência entre os agentes econômicos.

Dito isso, necessário reiterar, conforme já exposto por ocasião das contribuições realizadas na Consulta Pública nº 20/2018, que a Petrobras não se opõe de *per si* ao requerimento pela ANP de informações do agente regulado.

Porém, diante da sensibilidade das informações, a Petrobras entende que sua solicitação deverá ocorrer de forma justificada, esclarecendo a sua finalidade, já que existe um custo na produção dos dados privados.

Ademais, pelo mesmo motivo, entende-se que haveria a necessidade de estruturação de uma governança interna da Agência para trabalhar com esses dados, identificando especificamente as pessoas responsáveis, e prevendo penalidades para casos internos de vazamento de informações, tornando concreta a proteção dos dados que são disponibilizados mediante pedido.

Especificamente quanto ao compartilhamento de dados previsto no art. 13, este esbarra nas restrições previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no Decreto que a regulamenta (Decreto nº 7.724/2012), em particular o disposto nos artigos 5º e 6º:

Art. 5o  Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

§ 1o A divulgação de informações de empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no [art. 173 da Constituição](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art173), estará submetida às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.

§ 2o  Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Art. 6o O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do [§1o do art. 7o da Lei no 12.527, de 2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art7%C2%A71).

Mencione-se, ainda, que a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) impõe aos órgãos de controle com os quais forem compartilhadas informações sigilosas a corresponsabilidade pela manutenção do sigilo, vedando, portanto, o compartilhamento das informações com terceiros.

1. **REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO**

Apesar de a Nota Técnica nº 142/2018/SDR entender como desnecessária o desenvolvimento de análise de impacto regulatório pelo fato de alguns de seus elementos terem sido utilizados na elaboração da Nota Técnica 068/2018/SDR, a Petrobras observa que os estudos apresentados são insuficientes pois carecem de elementos que evidenciem que a regulamentação proposta promove de fato a proteção dos consumidores e a livre concorrência.

Adicionalmente, não se verifica no material apresentado análise de medidas alternativas para promover de fato a concorrência no âmbito do mercado de derivados de petróleo, item que compõe o Guia Orientativo do Governo Federal para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório, prática que vem sendo adotada de maneira sistemática por grande parte das agências reguladoras federais.

Cabe ressaltar que os novos parâmetros estabelecidos pela Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro exigem que a Administração Pública considere as consequências práticas de sua decisão, nos termos do artigo 20:

[Art. 20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm#art20).  Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Nas análises realizadas pela Agência na tomada pública e na consulta pública que antecederam a proposta de resolução apresentam justificativas baseadas em valores jurídicos abstrato, desta forma, não respaldam as medidas pretendidas em conformidade com o proposto na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

A Petrobras, reitera, então, a sugestão de adoção da prática da realização de análise de impactos regulatórios, nos moldes sugeridos pelo Comitê Interministerial de Governança, de forma que os possíveis efeitos sobre o mercado sejam adequadamente examinados, sobretudo os impactos à promoção da livre concorrência.

**CONCLUSÕES**

Pondera-se que o arcabouço constitucional e legal do país protege e assegura aos agentes econômicos da indústria do petróleo e gás natural a liberdade de atuação, em especial no que se refere à política de preços, e a de contratar.

A introdução de disciplina específica para determinados agentes e a exigência de aposição de preço parametrizado nos contratos, bem como de sua homologação, como proposto por esta Agência, tendem a causar distorções no mercado.

Diante do exposto, a Petrobras entende que a eventual aprovação e consequente publicação de Resolução conforme minuta proposta induzirá a um retrocesso na evolução do mercado competitivo de combustíveis no Brasil ao introduzir elevada insegurança jurídica, redução da atratividade dos negócios do setor, desestimulo à concorrência, podendo, inclusive, induzir ao aumento de preços ao consumidor e a riscos no abastecimento do mercado, conforme exposto no item 2. Cabe ressaltar que a implantação das medidas propostas por esta Agência deve ter como consequência imediata a redução no interesse de novos entrantes no segmento de refino no Brasil.

**Em resumo, para mitigar os problemas descritos acima, a Petrobras sugere:**

1. A eliminação do conceito de agente dominante e da aplicação de disciplina específica para determinados agentes, uma vez que introduzem assimetrias nas exigências regulatórias e implicam em tratamento anti-isonômico dos agentes que atuam no mercado brasileiro de combustíveis;
2. A eliminação da obrigatoriedade de inclusão de preço parametrizado nos contratos uma vez que tal medida tem como consequência direta o engessamento na construção de preços, comprometendo o princípio da livre iniciativa;
3. A manutenção da atual disciplina quanto à homologação dos contratos, conforme previsto no marco regulatório vigente (Resoluções ANP 2/2005, 17/2006 e 58/2014);
4. A adoção pela ANP, como referência para atuação em eventuais desvios de conduta, de indicadores de preço, os quais devem ser extensivos a todos os pontos de fornecimento, calculados por empresas independentes e com *expertise* reconhecida pelo mercado;
5. A divulgação semanal dos preços médios praticados, por ponto de entrega e modalidade de venda, com defasagem de 15 dias, uma vez que a publicação dos preços em lista, conforme proposto na minuta de Resolução, apresenta potenciais efeitos anticompetitivos;
6. A adoção pela ANP da prática da realização de análise de impactos regulatórios, nos moldes sugeridos pelo Comitê Interministerial de Governança, de forma que os possíveis efeitos sobre o mercado sejam adequadamente examinados;
7. A compatibilização entre as propostas regulatórias com as posições e decisões do CADE~~.~~

Por fim, a Petrobras reforça a sua disposição para contribuir tecnicamente no desenvolvimento de estudos e de análises que suportem a construção de soluções viáveis para o mercado brasileiro de combustíveis, considerando a necessidade de assegurar aos atuais e futuros agentes a segurança necessária para os seus negócios e investimentos.

1. Já no que diz respeito ao ciclo Otto, além das importações, a oferta doméstica é complementada por centrais petroquímicas, formuladores e, principalmente, produtores de etanol hidratado. Neste sentido, em 2017, 52% da demanda do ciclo Otto foi atendida por terceiros. Cabe destacar que a partir de maio de 2018, o mercado brasileiro sofreu influências do Programa de Subvenção à Comercialização do Diesel criado pelo Governo Federal. [↑](#footnote-ref-1)
2. Em 2017, cerca de 24% da demanda de diesel A no país foi atendida por importadores e estima-se que foi adicionada uma capacidade estática de recebimento nos portos brasileiros na ordem de 270 mil m³, associada aos investimentos em andamento que possibilitarão a expansão dessa capacidade em mais 700 mil m³. [↑](#footnote-ref-2)
3. Seria desejável também que a metodologia de cálculo desses indicadores fosse divulgada. [↑](#footnote-ref-3)